



**A MARCHA DOS 18 DO FORTE DE  
COPACABANA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA  
(1970 - 2022)**

*Douglas de Araújo Ramos Braga*



**Resumo:** Em 2024 completam-se cento e dois anos da “Marcha dos 18 do Forte de Copacabana”. Atualmente, o Forte se constitui como Museu Histórico do Exército, espaço cultural na cidade do Rio de Janeiro que tem entre seus objetivos a preservação e divulgação de aspectos da memória histórica do Exército Brasileiro. Nesse sentido, o presente trabalho visa, através de revisão bibliográfica, discutir como a historiografia mais recente tem abordado esse fato histórico. Será dada especial atenção à vinculação da Marcha ao movimento tenentista, discutindo as relações entre evento ocorrido no Forte de Copacabana, em 1922, e a constituição do movimento tenentista no Brasil. O ano de 1922 se tornou um marco das intensas transformações pelas quais o Brasil atravessava e de questionamentos, vindos de diferentes setores sociais, ao sistema político e econômico da Primeira República. Assim, procuraremos analisar como a historiografia tem inserido a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana nesse contexto mais amplo.

**Palavras-chave:** Marcha dos 18 do Forte de Copacabana; Tenentismo; Primeira República.

**Abstract:** In 2024, 102 years of the “March of the 18 of the Fort of Copacabana” will be completed. Currently, the Fort is constituted as the Historical Museum of the Army, a cultural space in the city of Rio de Janeiro that has among its objectives the preservation and dissemination of aspects of the historical memory of the Brazilian Army. In this sense, the present work aims, through a bibliographic review, to discuss how the most recent historiography has approached this historical fact. Special attention will be given to the link between the March and the ‘tenentista’ movement, discussing the relationship between the event that took place in the Forte de Copacabana, in 1922, and the constitution of the ‘tenentista’ movement in Brazil. The year 1922 became a landmark of the intense transformations that Brazil was going through and of questions, coming from different social sectors, to the political and economic system of the First Republic. Thus, we will try to analyze how historiography has inserted the March of the 18 of the Fort of Copacabana in this broader context.

**Keywords:** March of the 18 of the Fort of Copacabana; Tenentismo; First Republic.

## INTRODUÇÃO

Em 2024 completam-se 102 anos da Marcha dos 18 do Forte de Copacabana. Este movimento tem sido objeto de estudos de diferentes autores. Ela constitui, na historiografia, um marco definidor para o movimento tenentista, que teve grande impacto na história do país entre os anos 1920 e 1930.

Vale ressaltar que, embora não seja objetivo do presente trabalho aprofundar a presença do tenentismo no Brasil após a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana, autores como Fausto (1989; 1997), Napolitano (2016) e Lanna Júnior (2018) enfatizam a presença do tenentismo em movimentos como a Revolta de São Paulo (1924) e a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes (1925-1927). Além disso, os “tenentes” teriam contribuído não apenas para a chegada de Getúlio Vargas ao poder, na Revolução de 1930, mas ocuparam importantes cargos políticos no período do Governo Provisório (1930-1934), sobretudo como interventores em diferentes estados.

O tenentismo, como veremos, se constitui como um movimento da baixa oficialidade (tenentes e capitães), sobretudo do Exército, a partir da década de 1920. Embora não tivessem um projeto político bem definido, o tenentismo criticava práticas políticas da Primeira República, como o domínio oligárquico, e defendia medidas no sentido de moralizar o país.



Dessa forma, compreender o episódio da Marcha dos 18 do Forte de Copacabana é fundamental para se entender um momento marcante na história do Brasil e para a consolidação do Exército Brasileiro enquanto instituição. Além disso, uma discussão mais atenta da Marcha pode contribuir para um melhor entendimento tanto do contexto geral dos anos 1920 no Brasil, quanto da própria consolidação do Exército Brasileiro enquanto instituição, sobretudo no que tange à importância do movimento tenentista.

Assim, buscaremos elucidar algumas questões. Primeiramente, como a historiografia mais recente, sobretudo entre os anos 1970 e 2021, tem abordado o referido fato histórico em relação ao contexto mais amplo dos anos 1920? Além disso, que ênfases a historiografia tem estabelecido ao discutir a relevância do episódio? Por fim, quais relações historiadores têm estabelecido entre a Marcha e o movimento tenentista?

Nesse sentido, o presente artigo se estrutura a partir de revisão bibliográfica. A análise foi qualitativa, buscando extrair da literatura os componentes que permitam compreender como a historiografia tem abordado a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana.

Foram selecionados trabalhos no campo da História do Brasil e publicações que abordam o tema da Marcha dos 18 do Forte de Copacabana, sobretudo em relação ao contexto político da década de 1920 e ao movimento tenentista. Como recorte temporal, optamos por discutir abordagens estabelecidas entre os anos 1970 e o ano de 2022.

A literatura trabalhada foi composta, por um lado, de trabalhos produzidos no final do século XX, como o de José Murilo de Carvalho (1997) e os de Boris Fausto (1989<sup>1</sup>; 1997); veremos que os autores se debruçam sobre questões relativas à composição do movimento tenentista e suas relações com mudanças no ensino militar e na formação dos oficiais ocorridas nas primeiras décadas do século XX.

Por outro lado, foram selecionados trabalhos de início do século XXI abordagens mais recentes, como as publicações de Fausto (2012), Mattos (2018), Mary del Priore (2017), Lanna Júnior (2018), Ferreira e Sá Pinto (2018), Trespach (2021) e Lemos (2022). Em geral, esses pesquisadores têm procurado enfatizar, sobretudo, as implicações políticas da Marcha dos 18 do Forte de Copacabana e do tenentismo.

O texto final do artigo foi estruturado seguindo a sequência acima, facilitando o encadeamento temático e compreensão do tema, além de possibilitar que se alcancem os objetivos propostos.

## A MARCHA DOS 18 DO FORTE DE COPCABANA E O CONTEXTO POLÍTICO DOS ANOS 1920

De forma geral, a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana tem sido discutida por diferentes autores. Inicialmente, abordaremos como a historiografia, sobretudo nas publicações das primeiras décadas do século XXI, tem apresentado uma tendência predominante em relacionar o episódio com o contexto político brasileiro de início da década de 1920.

Nesse sentido, uma primeira aproximação do tema nos permite inseri-lo no contexto das

---

<sup>1</sup> Embora tenhamos trabalhado com segunda a edição, de 1989, vale ressaltar que a primeira edição do livro *A Revolução de 1930* foi publicada em 1970.

questões políticas da Primeira República, sobretudo o problema das sucessões presidenciais.

Como aponta Marcos Napolitano (2016), na sucessão do presidente Epitácio Pessoa, em 1921, São Paulo e Minas Gerais lançaram a candidatura de Arthur Bernardes. Para se contrapor a ela, lideranças dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul lançaram a “Reação Republicana”, tendo como candidato Nilo Peçanha<sup>2</sup>.

Segundo Ferreira e Sá Pinto (2018), lideranças da Reação Republicana procuraram se aproximar de militares, insatisfeitos com a política oligárquica então vigente. O governo de Epitácio Pessoa e a indicação de civis para as pastas militares acirraram as insatisfações. Esse mesmo ponto é ressaltado por Cascardo (2005), segundo o qual a campanha da Reação Republicana procurou explorar o que se tinha com o ressentimento dos militares contra Epitácio Pessoa, principalmente pela nomeação de civis para o Ministério da Guerra e da Marinha<sup>3</sup>. Nilo Peçanha procurava, então, incluir em seus discursos mensagens destinadas aos militares, procurando atraí-los para sua candidatura.

De acordo com Hebe Matos (2012), os candidatos da Reação Republicana, Nilo Peçanha e J. J. Seabra (candidato a vice-presidente), viajaram pelo país, fazendo discursos contra o imperialismo dos grandes estados e a favor dos valores republicanos. Eles discursavam para multidões em praças públicas e teatros, defendendo a criação de uma Justiça eleitoral e a implantação do voto secreto.

Segundo Boris Fausto (2012), foi no curso da disputa eleitoral que veio à tona a insatisfação militar. Corria, então, o boato de que Arthur Bernardes planejava extinguir o Exército Brasileiro e cartas falsas, atribuídas ao então candidato, foram publicadas em jornais em outubro de 1921. Nas cartas, eram feitas críticas ao marechal Hermes da Fonseca (ex-presidente da República e então presidente do Clube Militar) e a todos os militares.

O historiador Rodrigo Trespasch (2021) estabelece uma narrativa sobre como as cartas teriam sido publicados. Segundo o autor, o senador carioca Irineu Machado ligou, no dia 8 de outubro de 1921, para o jornalista Mário Rodrigues, do jornal *Correio da Manhã*, informando que estava na companhia de uma pessoa portando importantes documentos que interessavam à política.

Ao chegar à residência do senador, Machado conheceu Oldemar Lacerda, que o entregou as duas cartas supostamente escritas por Arthur Bernardes a Raul Soares, político mineiro e então ministro da Marinha. Para reforçar a autoria, Machado apresentou ao jornalista uma carta de Bernardes que mantinha consigo para comparar as letras. Percebendo que a caligrafia se assemelhava, Mário Rodrigues decidiu, então, publicar no dia seguinte a primeira carta. O título da matéria era “O sr. Arthur Bernardes lança pecha de venalidade sobre oficiais do Exército” e trazia estampada uma fotocópia do documento.

Segundo Mary del Priore (2017), na carta publicada no *Correio da Manhã*, Arthur Bernardes acusava Hermes da Fonseca de ser um “sargento sem compostura”. Já de acordo com Fausto (2012), na primeira dessas cartas supostamente enviadas por Bernardes a Raul Soares, um dos trechos dizia

---

<sup>2</sup> De acordo com Boris Fausto (2012), Nilo Peçanha fora eleito vice-presidente da República em 1906 e ocupara por alguns meses a presidência após a morte de Afonso Pena, tendo contribuído para a eleição de Hermes da Fonseca. De origem modesta, tinha sua base política no seu estado natal, Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Durante a presidência de Epitácio Pessoa, de 28 de julho de 1919 a 5 de novembro de 1922, o Ministério da Guerra teve um ocupante, Pandiá Calógeras; e o Ministério da Marinha teve três ministros ao longo do período, Raul Soares, Joaquim Ferreira Chaves e João Pedro da Veiga Miranda.



Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo o que nessa orgia se passou. Espero que use de toda energia, de acordo com minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina.

O banquete a que se refere a suposta carta escrita por Bernardes referia-se ao banquete promovido por ocasião da posse de Hermes da Fonseca como presidente do Clube Militar.

Segundo Trespach (2021), no dia seguinte, o Clube Militar se reuniu com o Marechal Hermes e um manifesto à nação foi escrito e assinado por oitenta sócios. O manifesto defendia que o Exército reagisse imediatamente, não permitindo que Arthur Bernardes, se eleito, pudesse se sentar na cadeira presidencial. *O Correio da Manhã* publicou, então, a segunda carta, na qual Bernardes afirmava não temer as classes armadas e chamava o ex-presidente Nilo Peçanha de “moleque”.

O mesmo autor chama a atenção para o fato de que o Clube Militar exigiu uma perícia, mas os peritos divergiram sobre a autenticidade das cartas. O próprio Arthur Bernardes teria ficado surpreso com a qualidade da falsificação, só notando diferença nos traços da letra “t”. Mesmo sem a definição da autenticidade, o Clube, em Assembleia com quase setecentos sócios, decidiu “entregar o caso ao julgamento da nação”.

Ainda sobre a questão da autenticidade dos documentos, de acordo com Fausto (2012), embora dois falsários<sup>4</sup> tenham assumido a autoria das cartas pouco antes das eleições de 1º de março de 1922, o objetivo de indispor as Forças Armadas contra Bernardes já tinha sido alcançado.

Napolitano (2016) destaca que, como de praxe em eleições que eram costumeiramente fraudadas, o candidato Arthur Bernardes saiu vitorioso. O Clube Militar questionou os resultados da eleição e propôs um Tribunal de Honra que recontasse os votos. Mas o Congresso Nacional não aceitou a proposta. Enquanto isso, de acordo com Ferreira e Sá Pinto (2018), a imprensa pró-Nilo Peçanha denunciava perseguições feitas por bernardistas a militares. Além disso, segundo Matos (2012), Hermes da Fonseca instou seus companheiros de armas a não reprimirem as rebeliões populares que ocorriam no Recife contra o resultado das urnas.

Segundo Trespach (2021), em 29 de junho de 1922, o marechal Hermes da Fonseca telegrafou ao comandante militar em Pernambuco, acusando o governo de parcialidade em disputas políticas locais. A mensagem foi distribuída a todos os comandantes militares e principais jornais do país. O clima político, então, se acirrava. Como destaca Mary del Priore,

Na capital, houve o fechamento do Clube Militar, sob a alegação de que se tratava de ‘associação nociva à sociedade’. Hermes da Fonseca foi preso por um dia. Uma insultante carta que caricaturava o Exército e o marechal, segundo grafólogos, havia sido escrita pelo próprio presidente Bernardes. Acusações de fraude nas eleições e de que o candidato do Exército, Nilo Peçanha, fora passado para trás acenderam os quartéis (Priore, 2017, p. 55).

<sup>4</sup> Segundo Trespach (2021), Oldemar Lacerda admitiu que outro falsário, Jacinto Guimarães, falsificara as cartas tendo por base uma carta de Bernardes ao próprio marechal Hermes e outra que estava em poder do Arquivo do Tesouro. Além disso, uma quantia em dinheiro haveria sido negociada com Irineu Machado para a entrega das cartas.



O fechamento do Clube Militar se deu com base na chamada “lei Gordo”, do ano anterior. Um importante membro do movimento tenentista, Juarez Távora, relatou que esse amparo legal deixou ainda mais exacerbado o estado espírito dos militares.

Ao Clube Militar – grêmio onde se reuniam, indistintamente, oficiais de terra e mar – mandou fechar, fundamentando explícita e petulantemente o seu ato num decreto especial, que o autorizava a interditar – em benefício da moral pública – casas de tavolagem e latrocínio, ou quejandos, antros de vigaristas, desordeiros e rufiões. Era isso claramente um ultraje atirado, com a intenção propositada de vilipêndio, sobre a dignidade das Forças Armadas (Távora *apud* Cascardo, 2004, p. 218).

Assim, segundo descrição de Napolitano (2016), em 5 de julho de 1922, algumas guarnições do Rio de Janeiro se sublevaram contra a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Dezesete militares que estavam no Forte de Copacabana resolveram efetivamente partir para a luta aberta contra as forças governamentais, dispostos a chegar ao Palácio do Catete (então sede do governo). Em sua marcha pela avenida Atlântica, ganharam apoio de um civil. O levante acabou sendo derrotado, mas se consagrou na memória dos militares como o marco zero do tenentismo.

Inicialmente, no que tange aos objetivos dos revoltosos, Lemos (2022) e Cascardo (2005) ressaltam que o levante não tinha um plano formalmente estabelecido, nem uma ordem de operações clássica. Ele refletia um descontentamento com as recentes decisões de Epitácio Pessoa: prender o marechal Hermes da Fonseca, militar mais antigo e presidente do Clube Militar, e o fechamento deste com base em uma lei para reprimir as associações anarquistas e o lenocínio. Havia ainda as graves repercussões da campanha eleitoral e o episódio das cartas falsas, que resultou em que grande parte da oficialidade não concordasse com a posse de Arthur Bernardes.

Seus participantes não reclamaram de salários baixos, ou da má alimentação, ou da rigidez disciplinar. Nenhuma exigência político-partidária. Nada de comunicados ou proclamações. Queriam, e é de se repetir, desafrontar o Exército e, no seguimento, moralizar a República. [...] É pacífico entre os historiadores brasileiros que o 5 de julho de 1922 foi o ponto de partida para um processo de transformação das instituições políticas e sociais no Brasil (Lemos, 2022, p. 522).

Entretanto, Trespach (2021), ao contrário do número preciso de revoltosos apontado anteriormente por Napolitano (2016), considera que foi uma foto de Zenóbio Couto, publicada no jornal *O Malho* (figura 1), que eternizou um número e nome para o movimento: os Dezoito do Forte. O historiador enfatiza que, ao se dar o choque final com as tropas governistas, entre o paredão da avenida Atlântica e a rua Barroso (atualmente, rua Siqueira Campos), os revoltosos eram apenas onze.



Fig. 1 – A marcha dos 18 do Forte em Copacabana

Fonte: Zenóbio Couto<sup>5</sup>, jornal *O Malho*

Juvêncio Lemos (2022) também assegura o número de onze ao final do combate. O historiador afirma que dezoito começaram a marcha no calçadão da Atlântica. Em uma parada em frente ao Hotel Londres, o civil Octávio Corrêa aderiu, aumentando o número para dezenove. Entretanto, ainda em frente ao hotel, antes de prosseguir a marcha, três elementos desistiram de prosseguir. Começado o tiroteio, foi morto pelas costas o soldado Pedro Ferreira de Melo. Na confusão dos primeiros tiros, mais dois elementos fugiram e dois entocaram-se na areia, sem dispararem um só tiro. O número final, assim, seria de onze<sup>6</sup>.

Já Francisco Cascardo (2005) apresenta versão um pouco diferente. O autor considera que até hoje não se sabe exatamente quantos combateram até o fim. Alguns abandonaram a marcha logo no início ou no decorrer da luta. Uma matéria na *Gazeta de Notícias*, de 7 de julho de 1922 (figura 2), é que teria registrado como sendo dezoito. Em 2 de setembro de 1923, a publicação do poema de Coelho Neto, intitulado “Os Dezoito do Forte”, no *Correio da Manhã*, teria colaborado para consagrar esse número.

<sup>5</sup> Disponível em [www.historiadealagoas.com.br/zenobio-couto-e-a-historica-foto-dos-18-do-forte-de-copacabana.html](http://www.historiadealagoas.com.br/zenobio-couto-e-a-historica-foto-dos-18-do-forte-de-copacabana.html). Acesso em 05/08/2024, às 15h. Como aponta Juvêncio Lemos (2022), o governo imediatamente censurou a edição de *O Malho* com a foto e a recolheu, valendo-se do estado de sítio em vigor. Ela só apareceria na imprensa mais de um ano depois, nas páginas da revista *Careta*, em 8 de setembro de 1923.

<sup>6</sup> Os onze seriam, segundo Lemos (2022): tenente Antônio de Siqueira Campos; tenente Eduardo Gomes; tenente Newton Prado; tenente Mário Tamarindo Carpenter; sargento José Pinto de Oliveira; soldado Hildebrando da Silva Nunes; soldado Manoel Ananias dos Santos; soldado Manoel Antonio dos Reis; voluntário João Antônio Falcão de Melo; voluntário Joaquim Maria Pereira Junior; e o civil Octávio Corrêa.



Fig. 2 – Matéria do jornal Gazeta de Notícias  
Fonte: Gazeta de Notícias, 7 jul. 1922<sup>7</sup>

De toda forma, segundo Ferreira e Sá Pinto (2018), contribuiu para o fracasso da tentativa de revolta o fato de o movimento não ter obtido apoio de segmentos militares expressivos, e as oligarquias dissidentes não se dispuseram a um engajamento mais efetivo. Em novembro de 1922, Arthur Bernardes tomou posse como presidente da República.

Para o historiador Mário Lanna Júnior (2018), a Marcha dos Dezoito do Forte<sup>8</sup> faz parte dos primeiros movimentos tenentistas e teria sido a ação mais espetacular e heroica nos momentos iniciais. Correspondeu, assim, ao desfecho do levante no Forte de Copacabana. Os militares revoltosos no Forte chegaram a disparar contra alvos estratégicos (Ilha de Cotunduba, Forte do Vigia, o Quartel-General, Ilha das Cobras, o Depósito Naval e o Túnel Novo). De acordo com Trespach (2021), a revolta começou na madrugada do dia 5 de julho de 1922, com os tiros de canhão sobre esses diferentes alvos. O comandante do Forte de Copacabana era o capitão Euclides Hermes, filho do marechal Hermes da Fonseca.

De acordo com Cascardo (2005), a Ilha das Cobras era um alvo prioritário para os revoltosos, pois lá estava o Quartel do Batalhão Naval, a força de desembarque da Marinha. Porém, o alvo mais visado pelos revoltosos era o Ministério da Guerra. Talvez por identificar nessa instituição o inimigo mais importante ou para fazer uma desafronta pela prisão de Hermes da Fonseca pelo ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, foi o ministério que recebeu o maior número de disparos.

O autor destaca ainda que o governo chegou a ficar surpreso que o Forte de Copacabana atirasse contra alvos terrestres dentro da cidade, pois seus canhões haviam sido inicialmente projetados para a defesa da costa contra a incursão de navios inimigos. Porém, os canhões sofreram reajustes que os permitiam alcançar novos ângulos de elevação e, assim, atingir alvos urbanos.

<sup>7</sup> Disponível em [https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&pagfis=6545](https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pagfis=6545). Acesso em 30 jul. 2024.

<sup>8</sup> Um mapa com o percurso dos Dezoito do Forte pode ser consultado em [https://atlas.fgv.br/marcos/tenentismo/mapas/a\\_milimarcha-dos-18-do-forte-de-copacabana-e-o-rio-de-5-de-julho-de-1922](https://atlas.fgv.br/marcos/tenentismo/mapas/a_milimarcha-dos-18-do-forte-de-copacabana-e-o-rio-de-5-de-julho-de-1922). Acesso em 2 jul. 2024.



O Forte iniciara o bombardeio; o primeiro disparo atingindo a Ilha de Cotunduba anunciou a chegada da revolta. O segundo também foi contra o mesmo alvo. O terceiro foi contra as rochas do forte do Vigia, atual forte do Leme, e o quarto assestado contra o Terceiro Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Os dois primeiros disparos tinham a finalidade de avisar a população. [...] Conseguindo atirar por cima das montanhas, os artilheiros de Copacabana tinham a cidade toda a sua mercê (Cascardo, 2005, p. 222-230).

Os revoltos, no entanto, foram contra-atacados e bombardeados pela Fortaleza de Santa Cruz. Cascardo (2005) considera que essa fortaleza era a mais temível, devido a sua localização. Da entrada da barra avistava diretamente o Forte de Copacabana. Os disparos não ofereciam dificuldades de ordem técnica e podiam ser realizados com baixo risco para os moradores de Copacabana, Ipanema e Leblon. Tendo ordenado o ataque ao Forte, o governo ordenou que às 13 horas do dia 5 de julho fosse encerrado o expediente em todas as suas repartições. Bancos, bolsas e o mercado do café também não funcionaram.

Os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, com dois destróieres, posicionaram-se em frente ao Forte de Copacabana e abriram fogo. Acuados pelo ataque das tropas legalistas por terra, mar e ar, eles desobrigaram seus comandados, nas palavras do líder rebelde tenente Siqueira Campos: 'O governo vai iniciar as hostilidades contra o Forte com elementos os mais terríveis; a hora tocou. Quem quiser partir, o governo garante a vida; quem quiser ficar, fique, mas posso prevenir que nada de bom nos espera' (Lanna Júnior, 2018, p. 300).

No dia 6 de julho, de acordo com Trespasch (2021), em uma tentativa de negociação com o governo, o capitão Euclides Hermes acabou aprisionado. Após o apelo governista, começaram as rendições no Forte. Dos 301 revoltosos, 272 se renderam às tropas legalistas. Os demais atenderam ao apelo de Siqueira Campos e decidiram deixar o lugar e lutar contra as tropas que os cercavam.

Entre as tropas governistas, segundo números apresentados por Cascardo (2005), o comandante das forças de ataque, Coronel João Nepomuceno da Costa, dispunha de mais de 600 homens. Ele tinha sob suas ordens um Esquadrão de Cavalaria, um batalhão e duas companhias do 3º Regimento de Infantaria, um Batalhão de Caçadores, uma Bateria da Marinha e uma Bateria de Montanha. Ao avistar os revoltos que haviam saído do Forte e avançavam pela calçada da praia, o coronel teria pensado, inicialmente, que eles não desejavam atacar suas forças, tamanha a superioridade que desfrutava, e que desejavam se entregar.

Lanna Júnior (2018) destaca que o grupo, então, realizou a Marcha dos Dezoito do Forte, com pedaços de uma bandeira do Brasil repartidas entre si, e caminhou pela avenida Atlântica em direção às tropas legalistas. Os únicos sobreviventes, Siqueira Campos e Eduardo Gomes, tornaram-se dois grandes líderes do tenentismo.

Sobre os sobreviventes, Trespasch (2021) indica que Siqueira Campos ainda participou da Revolução de 1924, em São Paulo, e da Coluna Prestes, chegando a ser cotado para assumir o comando militar da Revolução de 1930. Porém, acabou falecendo em um acidente aéreo. Já Eduardo Gomes também participou das Revoluções de 1924 e 1930, chegou ao posto de brigadeiro e



se destacou pela participação na política, tendo sido candidato à presidência da República duas vezes (1945 e 1950) e ministro da Aeronáutica (1954-5 e 1965-7).

Em depoimento após sua prisão, Siqueira Campos relatou a própria perspectiva sobre o episódio.

A princípio ficaram em pé na calçada da Av. Atlântica e depois passaram à praia. Pouco tempo antes um civil havia se aproximado do grupo e, mostrando-se indignado com a situação, pediu uma arma: como o tenente Nilton tinha um fuzil e um revólver, passou-lhe o fuzil; o depoente entregou-lhe também o fragmento da bandeira destinado ao capitão Euclides. [...] Começaram a cair os feridos: o primeiro foi o tenente Eduardo Gomes; seguiu-lhe o civil que tombou sem pronunciar palavra, nem fazer nenhum gesto; depois o tenente Nilton que se queixou da perna quebrada; depois o depoente com uma bala da região abdominal e que, apesar de ferido, escutava que o tiroteio continuava, agora reforçado por metralhadoras. No meio da ação notou que alguns de seus companheiros queriam cessar fogo. [...] Sabe que alguns saíram, mas não pode verificar porque estava ferido e deitado na areia. Momentos depois o tiroteio cresceu de intensidade quando do lado do depoente só um ou outro respondia. Afinal, o depoente ouviu gritos e escutou estas palavras: levantem, levantem; viu o tenente Nilton, mesmo deitado, usar do seu revólver, gesto que ele não pôde imitar por falta de forças. As tropas do governo aproximaram-se e transportaram a braços o depoente (Cascardo, 2005, p. 240).

Outros levantes no Rio de Janeiro<sup>9</sup>, Niterói e Mato Grosso não chegaram a acontecer, sendo abortados antes, ou não lograram sucesso. Arthur Bernardes, ao assumir em novembro de 1922, determinou estado de sítio, situação que suspendia as 'garantias constitucionais' para os cidadãos. De acordo com Trespasch (2021), Hermes da Fonseca e outros acusados de envolvimento com a revolta foram encarcerados por pouco tempo. O marechal recebeu *habeas corpus* e faleceu no ano seguinte.

No que se refere à Marinha, Cascardo (2005) ressalta que durante a Revolta do Forte de Copacabana ela manteve postura legalista, combatendo os revoltosos. O próprio Palácio do Catete ficou sob proteção do Batalhão Naval. As poucas atividades contrárias ao governo teriam sido registradas em Niterói, mas com tentativas fracassadas de aliciamento da Força Pública Estadual e tomada das instalações dos Correios e Telégrafos.

Pode-se perceber, portanto, que diferentes autores têm estabelecido a relação entre a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana e questões políticas que afligiam o país no início dos anos 1920. Embora não haja diferenças substanciais nas abordagens, cada pesquisa destaca informações diferentes relativas a esse processo. A ênfase geral tem recaído, sobretudo, nas disputas que envolveram a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa.

<sup>9</sup> Entre as tentativas de levantes na semana de 5 a 8 de julho de 1922, além do Forte de Copacabana, o autor cita o 1º Batalhão de Engenharia, a Vila Militar, a Escola Militar do Realengo e o Forte do Vigia. Todos os movimentos não partiram de uma ação conjunta sistemática, mas comungavam da motivação por uma 'revolução'. Todas foram prontamente reprimidas. (Lanna Júnior, 2018).



## A MARCHA DOS 18 DO FORTE DE COPCABANA E O MOVIMENTO TENENTISTA

Após a discussão sobre as relações entre a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana e o contexto político de início dos anos 1920, veremos agora como historiografia tem enfatizado também, sob diferentes perspectivas, as relações entre esse episódio e o movimento tenentista.

Em 1970, ano de publicação da 1ª edição de *A Revolução de 1930*, Boris Fausto lançou uma linha interpretativa que questionava a caracterização do tenentismo como um movimento das classes médias, sobretudo urbanas<sup>10</sup>. Segundo o historiador, as evidências iriam no sentido de demonstrar que o tenentismo não foi um movimento organizador das classes médias, nem o seu representante, embora as relações entre ambos não estivessem totalmente ausentes, tanto antes quanto depois da Revolução de 1930. Para o autor, uma marca de diferença fundamental no movimento era o fato dos tenentes serem membros do Exército.

Como membros das Forças Armadas, os 'tenentes' participam de uma categoria específica – parcela do aparelho do Estado – que não é diretamente determinada pelo critério de classe, dependendo do funcionamento concreto deste aparelho, no conjunto de uma formação e de suas relações com as diversas classes e frações. [...] As relações entre classes médias e tenentismo não se concretizam nem sob a forma da efetiva organização destas classes pelo movimento, nem pela sua representação específica como 'potência governamental'. A aproximação mais segura entre a categoria social e a corrente deriva do fato de que um setor do movimento, detendo alguns postos na direção do Estado, propõe-se a realizar um programa de reformas [...] (Fausto, 1989, p. 81-82).

O grande mal a ser combatido, na visão do tenentismo, eram as oligarquias, as quais teriam transformado o país em 'vinte feudos', controlados pela política dominante. O Exército deveria ter uma missão regeneradora, com os 'tenentes' criticando o sistema jurídico-político, a partir de um conteúdo centralizador, elitista e vagamente nacionalista.

O tenentismo dessa fase pode ser definido, em linhas gerais, como um movimento política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares [...]. As explosões de rebeldia – do Forte de Copacabana à Coluna Prestes – ganham gradativa importância e consistência [...]. Na base da pequena vinculação com os meios civis, está um dos traços essenciais da ideologia tenentista: os 'tenentes' se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiões da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerte. [...] O vago nacionalismo não se estrutura em qualquer programa definido e constitui um ponto secundário das formulações deste período. Mas é curioso observar a sua constância, despontando em momentos e locais diversos. [...] Com as marcas específicas que advêm da situação dos 'tenentes' como militares, a imprecisa ideologia tenentista, sob a aparência dos louvores do voto secreto, incorpora, na realidade, fragmentos da crítica antiliberal que vai se constituindo após as decepções dos primeiros anos da República, ganhando força na década de vinte (Fausto, 1989, p. 57-67).

<sup>10</sup> O autor cita como referências dessa vertente Virgínio Santa Rosa (em *O Sentido do Tenentismo*, de 1933); Guerreiro Ramos (*A Crise do poder no Brasil*, de 1961); e Hélio Jaguaribe (em *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, de 1962).



Mais recentemente, o autor retomou a crítica à perspectiva que vê no tenentismo essencialmente um movimento de classes médias, abordando a origem social dos militares. Assim, de acordo com Fausto (2012), a maioria dos ‘tenentes’ vinha de famílias militares ou de ramos empobrecidos de famílias de elite do Nordeste. Nesse sentido, considerar o ‘tenentismo’ um movimento representativo de classe seria simplificar sua natureza. Além disso, o historiador mantém a posição de que os tenentes, por serem militares, mantêm características particulares, sendo que sua visão de mundo se formou por processos de socialização no interior das Forças Armadas.

Antônio Azevedo (2012) também aborda, ao definir o conceito de ‘Tenentismo’, a questão da origem social dos membros do movimento. Segundo o autor, a concepção de que os tenentes, ao se revoltar, procuravam defender os interesses da classe média brasileira vem sendo reexaminada em função de outras perspectivas, como a questão da própria imagem que os militares tinham da instituição a que pertenciam. Muito menos, segundo o historiador, o conjunto de revoltas tenentistas nos anos 1920 teria se configurado como um movimento popular.

Não se conhece – além de seus objetivos gerais facilmente identificáveis – nenhum programa claramente definido no tenentismo. Até mesmo a Coluna Prestes, o seu ponto alto, parece ter sido antes um desdobramento de duas rebeliões fracassadas do que um programa cívico municiado por ideário definido. O primeiro levante tenentista, o chamado Dezoito do Forte – com apenas um civil – não conseguiu alterar nem impedir a posse de Artur Bernardes na presidência da República que, tão logo em exercício, adotou medidas repressivas visando a evitar a repetição de fatos semelhantes (Azevedo, 2012, p. 432).

Segundo Azevedo (2012), entre os objetivos que impulsionaram os jovens militares, estava o desejo de implantar medidas necessárias para moralizar o país, tais como o voto secreto, o ensino público obrigatório, a seriedade administrativa e, principalmente, a derrubada das oligarquias.

No caso da Revolta do Forte de Copacabana, como vimos no capítulo anterior, sequer esses objetivos apareciam de maneira bem definida. O movimento acabou sendo uma resposta uma conjuntura específica, que passou pela sucessão presidencial, o episódio das cartas falsas, a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. O próprio candidato eleito, Arthur Bernardes, tomou posse ainda no ano de 1922, passando a governar, durante boa parte do seu mandato, sob estado de sítio. Os revoltosos não deixaram um programa com diretrizes política a serem alcançadas ou documentos nesse sentido.

Já nos anos 1980, José Murilo de Carvalho adotou diferente abordagem, destacando as transformações no ensino militar e na formação dos militares como elementos que auxiliam na compreensão dos eventos nos anos 1920, como a Revolta do Forte de Copacabana. O autor (Carvalho, 1997) estabelece marcos importantes para a modernização do Exército, como: a ida de três turmas de oficiais (1906, 1908 e 1910) para a Alemanha, com fundação da revista *A Defesa Nacional*, onde regulamentos, técnicas, práticas e costumes do exército alemão eram difundidos; a implantação do sorteio universal para o recrutamento, em 1916; e a chegada da Missão Militar Francesa<sup>11</sup>, em 1920.

<sup>11</sup> Segundo Maciel Lopes (2019), a Missão Militar Francesa foi uma missão contratada em 1919 pelo governo brasileiro para auxiliar na instrução e modernização do Exército Brasileiro, tendo transcorrido com diferentes chefes até 1940. Como desdobramentos da Missão Militar Francesa, Carvalho (1997) enumera: a criação do curso para Aperfeiçoamento de Oficiais, voltado para capitães e tenentes; o Curso de Revisão de Estado-Maior, para capitães, majores e coronéis; a publicação, já em 1920, do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e do Regulamento para Instrução e Serviços Gerais (RISG), possibilitando maior centralização e coesão na Força.



A maior profissionalização, contudo, não significava afastamento das questões políticas.

Essa abordagem também foi adotada, de forma mais recente, por Boris Fausto (1997, 2012). No início da Primeira República, o ensino militar estava passando por transformações. A Escola Militar do Realengo, fundada em 1911, tinha diferenças em relação à antiga Escola Militar da Praia Vermelha<sup>12</sup>. O currículo passou a se concentrar em matérias de conhecimento militar, com o propósito de formar soldados profissionais e não soldados-cidadãos. A ida das três turmas à Alemanha, entre 1906 e 1910, e a posterior vinda da missão francesa, em 1920, teriam contribuído para essa renovação do Exército.

Não há nenhum paradoxo no fato de que o maior grau de profissionalização possa ter incentivado a intervenção dos tenentes na vida política [...]. No caso que estamos discutindo, ela favoreceu a formação de certa coesão grupal, de uma consciência militar, em um meio social em que a supremacia das oligarquias civis começava a ser contestada. Contribuiu também [...] para uma crescente identificação das Forças Armadas como servidores profissionais da comunidade e não de transitórios governos. A propósito, é muita expressiva a frase com que Hermes da Fonseca encerrou o apelo do Clube Militar ao comandante militar de Pernambuco, pedindo-lhe que não interviesse na política regional; 'Não esqueçais, que as situações políticas passam e o Exército fica' (Fausto, 1997, p. 410-411).

Aqui vale destacar a presença dos jovens oficiais no quadro do Exército Brasileiro. De acordo com Schwarcz e Starling (2015), em 1920, os oficiais de baixa patente formavam boa parte do corpo de oficiais do Exército. Segundo estatísticas apresentadas pelas autoras, 65,1% dos oficiais eram segundos-tenentes ou primeiros-tenentes e 21,3% eram capitães.

Como discutimos anteriormente, percebemos na Marcha dos 18 do Forte de Copacabana a presença desse estrato da oficialidade. O comandante da unidade era um capitão e entre as principais lideranças do movimento figuravam tenentes. Não foi, portanto, um episódio realizado por oficiais de alta patente do Exército Brasileiro. Bem como a Marinha manteve uma postura legalista, atuando na repressão da revolta.

Nesse mesmo sentido, Lanna Júnior (2018) enfatiza que o tenentismo falava em nome das Forças Armadas, mas nunca foi seu legítimo representante, embora o sentimento de pertencimento institucional fosse característico dos participantes. O tenentismo significava a quebra da hierarquia que ameaçava a ordem, se caracterizando como um elemento divisor e desagregador para as instituições militares. Dessa forma, nunca conseguiu a adesão da maioria dos colegas militares. O autor caracteriza o tenentismo como um movimento revolucionário.

Como salvador da pátria, denunciava a desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias, que deveriam ser banidas da política, por corromperem as instituições, em específico as Forças Armadas. Os motivos imediatos foram, em 1922, as cartas falsas, a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Esses fatos fundamentam uma razão maior, a desonra sentida pelos militares em relação ao tratamento dado pelas oligarquias às Forças Armadas e ao Brasil. Esse sentimento de desonra teria gerado o conjunto de levantes militares conhecido como tenentismo (Lanna Júnior, 2018, p. 330).

<sup>12</sup> De acordo com Fausto (2012), a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada definitivamente depois de sua última revolta, em 1904. Até 1911, quando da fundação da Escola Militar do Realengo, o ensino se concentrara na Escola de Guerra de Porto Alegre.



Também Ferreira e Sá Pinto (2018) ressaltam que o tenentismo não envolveu a alta cúpula das Forças Armadas. Os alto-comandos do Exército e da Marinha mantiveram-se alheios a uma possibilidade de ruptura pelas armas. No caso do Levante do Forte de Copacabana, Cascardo (2005) cita, por exemplo, a confiança que Epitácio Pessoa tinha no capitão-de-mar-e-guerra Protógenes Pereira Guimarães, comandante do Batalhão Naval, para proteger o Palácio do Catete.

Por outro lado, Maciel Lopes (2019) aponta que, embora a Missão Militar Francesa tenha contribuído para a profissionalização do Exército, os membros do movimento tenentismo não aceitavam as instruções francesas de manutenção da política fora dos quartéis. Na perspectiva francesa, inclusive, a profissão do oficial é incompatível a qualquer outra e ele não deveria se envolver em lutas eleitorais, o que era exatamente o que vinha acontecendo a partir da sucessão de Epitácio Pessoa, como discutimos no capítulo anterior. Para os membros da Missão, a ascensão dos tenentes representava, assim, um problema.

A Missão Militar Francesa procurou não se envolver diretamente na direção dos combates aos revoltosos, buscando manter uma aparente neutralidade. A missão fora contratada para instruir o Exército Brasileiro e transformá-lo, modernizando-o, mas não competia aos franceses se envolverem na política do país [...]. As aparentes divergências entre a Missão Militar Francesa e os movimentos tenentistas foram se dissipando, na medida em que a ascensão dos tenentes em 1930 acabou por reduzir a força do movimento, pelo próprio abandono dos tenentes dos ideais que os motivaram na década anterior, ao mesmo tempo em que imergiam na política dos Estados. (Maciel Lopes, 2019, p. 66)

Já Boris Fausto (2012) considera que o tenentismo deve ser entendido como herdeiro do ‘salvacionismo’ do governo Hermes da Fonseca (1910-1914). Naquele contexto, a Política das Salvações buscava reduzir o poder das oligarquias em diversas áreas, com a nomeação de militares e civis em estados do Norte e do Nordeste (como Ceará, Pernambuco e Alagoas), embora, na prática, por manterem muitos laços com a política local, tenham somente substituído velhas oligarquias por novas.

Os ‘tenentes’ podem ser vistos como herdeiros dos ‘salvacionistas’, em um contexto de agravamento de problemas no interior do Exército e fora dele. [...] Tratava-se de reconstruir o Estado para construir a nação. O grande mal das oligarquias – pensavam eles – consistia na fragmentação do Brasil [...]. Embora não chegassem nessa época a formular um programa antiliberal, os ‘tenentes’ não acreditavam que o ‘liberalismo autêntico’ fosse o caminho para a recuperação do país. Faziam restrições às eleições diretas, ao sufrágio universal, insinuando a crença em uma via autoritária para a reforma do Estado e da sociedade. (Fausto, 2012, p. 269)

Foi nesse contexto que ocorreu a Revolta do Forte Copacabana, em 5 de julho de 1922, que Fausto (2012) considera como o primeiro ato de rebeldia do movimento tenentista, inicialmente para salvar a honra do Exército no contexto que abordamos no tópico anterior.

A questão dos objetivos políticos dos tenentes continua sendo objeto de interesse de historiadores nos últimos anos. Para Schwarcz e Starling (2015), a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, considerada o primeiro levante tenentista, marca o momento em que os tenentes, pratica-

mente sozinhos, partiram para encarar o governo. Ao longo dos anos 1920, outros movimentos ocorreriam.

Os tenentes, como ficaram conhecidos, acreditavam que o Brasil precisava de um governo central forte capaz de intervir na economia para desenvolver os recursos naturais, promover a industrialização e proteger o país da exploração estrangeira. Também enxergavam no regionalismo e na corrupção a origem e os motivos do que havia de errado no Brasil. Eram liberais em temas sociais e autoritários em política. E agiam na cena pública como militares: estavam dispostos a proteger o país e destruir o poder das oligarquias regionais, reduzir o quadro das profundas desigualdades sociais, acabar com o analfabetismo – mas não sabiam o modo de atingir seus propósitos nem como construir o país com que sonhavam (Schwarcz; Starling, 2015, p. 347)

Ferreira e Sá Pinto (2018) também ressaltam a importância dos Dezoito do Forte Copacabana para o movimento tenentista. Segundo as autoras, o tenentismo recebeu essa denominação<sup>13</sup> por ter envolvido não a cúpula das Forças Armadas, mas, sobretudo tenentes e capitães.

Como Fausto (1987, 1997, 2012), Carvalho (1997) e Azevedo (2012), Schwarcz e Starling (2015), as autoras consideram que os tenentes não tinham um projeto político bem definido. O grande mal a ser combatido, na visão deles, eram as oligarquias. Em geral, identificavam-se com propostas como a reforma da Constituição, a moralização dos costumes políticos e a unificação da justiça e do fisco.

O que eles não desejavam, segundo Paulo Sérgio Pinheiro (1997), era mobilizar as camadas operárias. A atitude dos tenentes em relação às massas populares era, antes de tudo, tutelar, considerando que só o Exército teria condições de se rebelar eficazmente contra o poder estabelecido. Essa ação tutelar também visava a evitar as consequências desastrosas nas relações sociais, na percepção dos tenentes, que uma intervenção comandada pelas massas populares poderia provocar.

Como vimos anteriormente, a ausência de um projeto político bem definido já aparecia no Levante do Forte de Copacabana. O desenrolar dos acontecimentos culminou na marcha pela Avenida Atlântica, mas não havia metas bem definidas ou um plano de ordens claras a serem seguidas. Também não aparecia de forma explícita um objetivo de estimular uma revolta da população, sobretudo das camadas populares ou operárias, contra o governo.

Dessa forma, a literatura tem destacado diferentes pontos na abordagem da Marcha dos 18 do Forte de Copacabana, em suas relações com o tenentismo, por ser comumente considerada como o primeiro levante tenentista. De abordagens que enfatizam a origem social dos tenentes, passando por discussões sobre a formação militar dos integrantes do movimento tenentista e seus objetivos políticos, a historiografia tem tornado possível analisar a Marcha dentro do contexto mais amplo do tenentismo.

<sup>13</sup> Segundo Vavy Pacheco Borges (1992), na década de 1920 não se encontra na documentação o termo 'tenentismo', mas outras expressões, tais como 'militares revolucionários', 'revoltosos', 'rebeldes' e 'revoltados'. O uso de 'tenentismo' e 'tenentes' começou no primeiro semestre de 1931, nas lutas pelo poder no estado de São Paulo. Para seus adversários, 'tenentismo' era utilizado como algo desmerecedor, sendo associado a 'tenentada', 'tenentocracia', 'atenentação'. Dessa forma, o termo tinha um caráter pejorativo, referindo-se principalmente a uma situação de 'anarquia militar'. Nos anos seguintes, de uma ideia geral, o 'tenentismo' passou a ser empregado como conceito sociológico, chegando às universidades. Para a autora, assim, o termo não surgiu como categoria explicativa de historiadores e cientistas sociais, mas teria sido forjado diretamente nas lutas políticas.



## CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, pudemos perceber que diferentes ênfases têm sido adotadas por historiadores, entre 1970 e 2021, ao se abordar a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana.

Os historiadores Boris Fausto e José Murilo de Carvalho trouxeram contribuições relevantes, nos anos 1970 e 1980, para se compreender o fenômeno do tenentismo, de forma geral. O primeiro questionou a equivalência entre tenentismo e classes médias, demonstrando que, embora houvesse pontos de contato, os tenentes deveriam ser compreendidos primeiramente como membros das Forças Armadas. Já o segundo enfatizou as relações entre as mudanças na formação dos militares ocorridas nas primeiras décadas do século XX e seu engajamento político. O próprio Bóris Fausto, em trabalhos a partir dos anos 1990, também incorporou essa perspectiva em suas análises sobre o tenentismo.

Mais recentemente, sobretudo nos trabalhos publicados a partir dos anos 2000, e que dialogam com as obras de Fausto e Carvalho em diversos pontos, percebemos uma ênfase em tentar compreender a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana e o próprio movimento tenentista em suas relações com o contexto político brasileiro da década de 1920. A sucessão presidencial de Epitácio Pessoa e seus desdobramentos, como o episódio das cartas atribuídas a Arthur Bernardes, a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar são apresentados de forma recorrente como elementos centrais para se compreender o episódio ocorrido no Forte de Copacabana, em 1922.

Foi possível perceber alguma divergência no que tange à origem do termo “Dezoito do Forte”. Diferentes autores apontam para a dificuldade de se precisar um número dos que permaneceram na Marcha até o fim. O ponto em comum na bibliografia consultada é ênfase na Revolta do Forte de Copacabana como marco inicial do tenentismo no Brasil.

A ausência de um claro projeto político por parte do movimento tenentista e, mais especificamente, pelos envolvidos na Marcha, em 1922, também fica clara na bibliografia discutida. Além disso, percebemos a tendência geral em destacar que tanto a Marcha quanto o movimento tenentista não envolviam a alta cúpula das Forças Armadas, mas a baixa oficialidade do Exército.

Dessa forma, nosso objetivo não era esgotar o assunto ou a análise da bibliografia relacionada à Marcha dos 18 do Forte de Copacabana. O que foi possível perceber, no ano em que o referido episódio completa o centenário, é a diversidade de ângulos pelas quais a historiografia tem se debruçado sobre o tema.



## BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2012.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. *O Tenentismo na Marinha: os primeiros anos – 1922 a 1924*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, volume 2: Sociedade e instituições (1889-1930). 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira*, v. 3: República – Memórias (1889-1950). 1 ed. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, volume 2: Sociedade e instituições (1889-1930). 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

FERREIRA, Marieta de Moraes; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*, v. 1. O Tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (189-1930). 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GASTÃO, Manoel Márcio. Conceitos Básicos em Pesquisa. In: NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral (org.). *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. 1 ed. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*, v. 1. O Tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (189-1930). 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



LEMOS, Juvencio Saldanha. *A Revolta de 1922*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.

MACIEL LOPES, Luiz Eduardo. *A Missão Militar Francesa no Brasil e o Tenentismo: um Exército em que as ideias encontraram seus lugares*. PADECEME, Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, 2019, p. 58-71.



**Douglas de Araújo Ramos Braga** é capitão do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, da área de Magistério/História. Possui mestrado em História das Ciências e da Saúde, pela Fundação Oswaldo Cruz. É graduado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina e especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela Escola de Formação Complementar do Exército.